



CONCURSO PÚBLICO

REF. EDITAL N° 001/2015

Nível Técnico Manhã

Cargo:

TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Nome do Candidato

Inscrição

ATENÇÃO

O caderno de questões possui 50 (cinquenta) questões objetivas, numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico e Matemático	11 a 15
Informática	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

INSTRUÇÕES

1. Na sua Folha de Respostas, confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação da prova é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica **transparente** de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser realizado da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. A retirada da sala de prova dos 3 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br - no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas, incorrerá na eliminação do candidato.



------(destaque aqui)-----

FOLHA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS DO CANDIDATO

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Resp.																										

Questão	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
Resp.																										

O gabarito oficial preliminar e o caderno de questões da prova objetiva estarão disponíveis no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br no dia posterior à aplicação da prova.

**“Estamos Enlouquecendo Nossas Crianças!
Estímulos Demais... Concentração de Menos”
31 Maio 2015 em Bem-Estar, filhos**

Vivemos tempos frenéticos. A cada década que passa o modo de vida de 10 anos atrás parece ficar mais distante: 10 anos viraram 30, e logo teremos a sensação de ter se passado 50 anos a cada 5. E o mundo infantil foi atingido em cheio por essas mudanças: já não se educa (ou brinca, alimenta, veste, entretêm, cuida, consola, protege, ampara e satisfaz) crianças como antigamente!

O iPad, por exemplo, já é companheiro imprescindível nas refeições de milhares de crianças. Em muitas casas a(s) TV(s) fica(m) ligada(s) o tempo todo na programação infantil – naqueles canais cujo volume aumenta consideravelmente durante os comerciais – mesmo quando elas estão comendo com o iPad à mesa.

Muitas e muitas crianças têm atividades extracurriculares pelo menos três vezes por semana, algumas somam mais de 50 horas semanais de atividades, entre escola, cursos, esportes e reforços escolares.

Existe em quase todas as casas uma profusão de brinquedos, aparelhos, recursos e pessoas disponíveis o tempo todo para garantir que a criança “aprenda coisas” e não “morra de tédio”. As pré-escolas têm o mesmo método de ensino dos cursos pré-vestibulares.

Tudo está sendo feito para que, no final, possamos ocupar, aproveitar, espremer, sugar, potencializar, otimizar e, finalmente, capitalizar todo o tempo disponível para impor às nossas crianças uma preparação praticamente militar, visando seu “sucesso”. O ar nas casas onde essa preocupação é latente chega a ser denso, tamanha a pressão que as crianças sofrem por desenvolver uma boa competitividade. *Porém, o excesso de estímulos sonoros, visuais, físicos e informativos impedem que a criança organize seus pensamentos e atitudes, de verdade: fica tudo muito confuso e nebuloso, e as próprias informações se misturam fazendo com que a criança mal saiba descrever o que acabou de ouvir, ver ou fazer.*

Além disso, aptidões que devem ser estimuladas estão sendo deixadas de lado: Crianças não sabem conversar. Não olham nos olhos de seus

interlocutores. Não conseguem focar em uma brincadeira ou atividade de cada vez (na verdade a maioria sequer sabe brincar sem a orientação de um adulto!). Não conseguem ler um livro, por menor que seja. Não aceitam regras. Não sabem o que é autoridade. Pior e principalmente: não sabem esperar.

Todas essas qualidades são fundamentais na construção de um ser humano íntegro, independente e pleno, e devem ser aprendidas em casa, em suas rotinas.

Precisamos pausar. Parar e olhar em volta. Colocar a mão na consciência, tirá-la um pouco da carteira, do telefone e do volante: estamos enlouquecendo nossas crianças, e as estamos impedindo de entender e saber lidar com seus tempos, seus desejos, suas qualidades e talentos. *Estamos roubando o tempo precioso que nossos filhos tanto precisam para processar a quantidade enorme de informações e estímulos que nós e o mundo estamos lhes dando.*

Calma, gente. Muita calma. Não corramos para cima da criança com um iPad na mão a cada vez que ela reclama ou achamos que ela está sofrendo de “tédio”. Não obriguemos a babá a ter um repertório mágico, que nem mesmo palhaços profissionais têm, para manter a criança entretida o tempo todo. *O “tédio” nada mais é que a oportunidade de estarmos em contato conosco, de estimular o pensamento, a fantasia e a concentração.*

Sugiro que leiamos todos, pais ou não, “O Ócio Criativo” de Domenico di Masi, para que entendamos a importância do uso consciente do nosso tempo.

E já que resvalamos o assunto para a leitura: nossas crianças não lêem mais. Muitos livros infantis estão disponíveis para tablets e iPads, cuja resposta é imediata ao menor estímulo e descaracteriza a principal função do livro: parar para ler, para fazer a mente respirar, aprender a juntar uma palavra com outra, paulatinamente formando frases e sentenças, e, finalmente, concluir um raciocínio ou uma estória.

Cerquem suas crianças de livros e leiam com elas, por amor. Deixem que se esparramem em almofadas e façam sua imaginação voar!

(Fonte: <http://www.saudecuriosa.com.br/estamos-enlouquecendo-nossas-criancas-estimulos-demais-concentracao-de-menos/>)

QUESTÃO 01

Qual é a ideia central defendida pelo texto “Estamos Enlouquecendo Nossas Crianças! Estímulos Demais... Concentração de Menos”?

- (A) O texto defende a ideia de que o iPad e a programação infantil incessante são ótimos estímulos sensoriais para educar as crianças na atualidade.
- (B) O texto defende a ideia de que as crianças da atualidade precisam ocupar todo o seu tempo livre com atividades extracurriculares, visando o sucesso no futuro.
- (C) O texto defende a ideia de que as crianças da atualidade recebem muitos estímulos sensoriais, mas pouca atenção e tempo suficiente para aprender a lidar com tanto estímulo.
- (D) O texto defende a ideia de que as crianças da atualidade precisam de mais atividades extracurriculares e brinquedos porque se sentem muito entediadas.
- (E) O texto defende a ideia de que os pais da atualidade estimulam cada vez mais a imaginação de suas crianças.

QUESTÃO 02

De acordo com o texto, o que o excesso de estímulos sensoriais ocasiona nas crianças?

- (A) Esse excesso de estímulos faz que a criança seja mais obediente e respeite mais as regras impostas pelos adultos.
- (B) Esse excesso de estímulos faz que a criança se prepare para o futuro de forma mais eficiente.
- (C) Esse excesso de estímulos faz que a criança tenha mais facilidade em organizar seu pensamento e suas atitudes.
- (D) Esse excesso de estímulos faz que a criança tenha dificuldades em organizar seu pensamento e sua conduta.
- (E) Esse excesso de estímulos faz que a criança tenha mais imaginação e saiba aproveitar melhor o seu tempo.

QUESTÃO 03

Qual é o gênero textual que mais se adequa ao texto “Estamos Enlouquecendo Nossas Crianças! Estímulos Demais... Concentração de Menos”?

- (A) Relatório Científico.
- (B) Artigo de opinião.
- (C) Debate.
- (D) Charge.
- (E) Carta.

QUESTÃO 04

O texto se apresenta, quase integralmente, na primeira pessoa do plural. Quem seria o “nós” ao qual o texto se refere?

- (A) Seria todas as crianças da atualidade.
- (B) Seria os pais e/ou cuidadores das crianças.
- (C) Seria somente os professores e/ou educadores das crianças.
- (D) Seria as pessoas que comercializam produtos infantis.
- (E) Seria apenas crianças que usam iPads.

QUESTÃO 05

Nas frases: “Vivemos tempos frenéticos”, “Precisamos pausar”, entre outras, podemos observar qual figura de linguagem?

- (A) Silepse de pessoa.
- (B) Perífrase.
- (C) Elipse.
- (D) Pleonismo.
- (E) Eufemismo.

QUESTÃO 06

Observe o pronome relativo “essa” destacado no quinto parágrafo do texto e assinale a alternativa que melhor descreve o emprego desse pronome no contexto mencionado.

- (A) O pronome relativo “essa” retoma algo antes mencionado no texto.
- (B) O pronome relativo “essa” alude a uma situação distante no espaço.
- (C) O pronome relativo “essa” designa o tempo passado em que se coloca a pessoa que fala.
- (D) O pronome relativo “essa” designa o tempo futuro em que se coloca a pessoa que fala.
- (E) O pronome relativo “essa” denota algo que ainda será mencionado no texto.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa correta em relação à sintaxe da oração: “Muitas e muitas crianças têm atividades extra-curriculares pelo menos três vezes por semana”.

- (A) O sintagma “três vezes por semana” é o predicativo do sujeito da oração.
- (B) O sujeito da oração é o sintagma “atividades extra-curriculares”.
- (C) O sintagma “Muitas e muitas crianças” é o predicado da oração.
- (D) O sintagma “têm atividades extra-curriculares pelo menos três vezes por semana” é o predicado da oração.
- (E) O predicado da oração é nominal.

QUESTÃO 08

Observe o excerto: “Não obriguemos a babá a ter um repertório mágico, que nem mesmo palhaços profissionais têm, para manter a criança entretida o tempo todo.” A oração destacada é classificada como

- (A) uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- (B) uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (C) uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- (D) uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (E) uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 09

Observe a oração “Não corramos para cima da criança com um iPad na mão (...)”. O verbo “correr”, nesse contexto, é

- (A) um verbo intransitivo.
- (B) um verbo transitivo direto.
- (C) um verbo transitivo indireto.
- (D) um verbo de ligação.
- (E) um verbo bitransitivo.

QUESTÃO 10

No sintagma “uma boa competitividade”, a concordância nominal se dá porque

- (A) temos uma preposição seguida de dois substantivos femininos singulares.
- (B) temos uma preposição, um advérbio e um substantivo masculino singular.
- (C) temos um artigo definido feminino singular, um adjetivo feminino singular e um substantivo masculino singular.
- (D) temos um artigo definido feminino singular, um adjetivo feminino singular e um substantivo feminino singular.
- (E) temos um artigo indefinido feminino singular, um adjetivo feminino singular e um substantivo feminino singular.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**QUESTÃO 11**

A fatura de um certo cartão de crédito cobra juros de 12% ao mês por atraso no pagamento. Se uma fatura de R\$750,00 foi paga com um mês de atraso, o valor pago foi de

- (A) R\$ 970,00.
- (B) R\$ 777,00.
- (C) R\$ 762,00.
- (D) R\$ 800,00.
- (E) R\$ 840,00.

QUESTÃO 12

Um número X somado com sua metade é igual a 56 menos um quarto de X. Então X vale

- (A) 32.
- (B) 16.
- (C) 8.
- (D) 60.
- (E) 90.

QUESTÃO 13

Uma pessoa de 1,5 metros de altura projeta uma sombra de 1,8 metros. Sabendo que, no mesmo instante, um prédio projeta uma sombra de 12 metros, conclui-se que a altura do prédio é

- (A) 12 metros
- (B) 10 metros
- (C) 8 metros
- (D) 15 metros
- (E) 20 metros

QUESTÃO 14

Paulo e André têm, juntos, R\$ 2500,00. Sabe-se que um deles tem o quádruplo do valor que o outro tem. O que possui menos dinheiro tem

- (A) R\$300,00.
- (B) R\$400,00.
- (C) R\$450,00.
- (D) R\$500,00.
- (E) R\$800,00.

QUESTÃO 15

Um empresário, para evitar ser roubado, escondia seu dinheiro no interior de um dos 4 pneus de um carro velho fora de uso, que mantinha no fundo de sua casa. Certo dia, o empresário se gabava de sua inteligência ao contar o fato para um de seus amigos, enquanto um ladrão que passava pelo local ouvia tudo. O ladrão tinha tempo suficiente para escolher aleatoriamente apenas um dos pneus, retirar do veículo e levar consigo. Qual é a probabilidade de ele ter roubado o pneu certo?

- (A) 0,20.
- (B) 0,23.
- (C) 0,25.
- (D) 0,27.
- (E) 0,30.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 16

O dígito binário é a base da computação. Ele é um dos responsáveis pela comunicação com o hardware do computador. Sabendo que a letra “K” é expressada pelo decimal “75” na tabela ASCII (*American Standard Code for Information Interchange*), assinale a alternativa correta que apresenta o binário que representa a letra K na tabela ASCII.

- (A) 4B
- (B) 10
- (C) 113
- (D) 0100 1011
- (E) 0110 1101

QUESTÃO 17

Nos hardwares dos computadores modernos, existem vias que levam e trazem informações de/para um determinado componente como memória e processador. Essas vias são conhecidas como

- (A) Barramento.
- (B) Microchip.
- (C) Memória Flash.
- (D) Disco Principal.
- (E) Memória Principal.

QUESTÃO 18

Nas versões mais recentes do sistema operacional Windows da Microsoft, existe o conceito de Ponto de Restauração que, segundo manuais oficiais do sistema operacional, é

- (A) uma cópia exata de uma unidade de disco do computador que pode ser restaurada em qualquer outro computador.
- (B) um arquivo que pode ser salvo em mídias, como: pen drive USB, CDs, DVDs ou em um disco rígido.
- (C) a imagem do sistema que inclui apenas as unidades necessárias à execução do Windows.
- (D) uma representação de um estado armazenado dos arquivos do sistema do computador.
- (E) um backup manual ou automático que pode ser agendado no sistema operacional.

QUESTÃO 19

Observe a seguinte imagem do MS-Excel:



Com base nessa imagem e no ponteiro do mouse em destaque, é correto afirmar que o usuário está

- (A) selecionando uma linha completa da planilha.
- (B) realizando um cálculo de soma na planilha.
- (C) ajustando os tamanhos das colunas.
- (D) alterando a formatação de uma célula.
- (E) selecionando uma coluna inteira.

QUESTÃO 20

A base para a comunicação de dados da internet é um protocolo da camada de aplicação do modelo OSI, que é responsável por transferir hipertextos. Esse protocolo é conhecido como

- (A) HTML.
- (B) HTTP.
- (C) FTP.
- (D) PHP.
- (E) www.

QUESTÃO 21

O conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público determina sobre seus conceitos e procedimentos de avaliação e mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, aplicação de técnicas que decorrem da evolução científica da Contabilidade, bem como quaisquer procedimentos técnicos de controle contábil e prestação de contas previstos, que propiciem o controle social, além da observância das normas aplicáveis. Para tanto, tomando como base a NBC T 16, assinale a alternativa que apresenta a sua correta definição.

- (A) Campo de Aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público se refere ao espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos gerenciais, decorrentes de variações orçamentárias e financeiras em: entidades do setor público e de entidades que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades, no tocante aos aspectos econômicos e fiscais da prestação de contas.
- (B) Entidade do Setor Público são órgãos, fundos e pessoas físicas de direito público ou que, possuindo personalidade física de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiros, bens e valores públicos, na execução de suas atividades. Equiparam-se, para efeito contábil, às pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo, fiscal ou creditícias, de órgão privado.
- (C) Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
- (D) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle orçamentário, fiscal e tributário de entidades do setor público.

- (E) O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos gestores públicos informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, financeira e física do patrimônio da entidade do setor privado e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de caixa; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle fiscal.

QUESTÃO 22

Em relação à despesa pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Despesa pública é definida como o conjunto de dispêndios do Estado, realizados pelos entes privados e de outra pessoa de direito público, destinados para o funcionamento efetivo dos serviços públicos.
- (B) As despesas públicas evidenciam as ações que serão necessárias para que a administração pública atinja seus objetivos, utilizando as receitas públicas para o seu custeio.
- (C) Segundo a Categoria Econômica (portaria 163/2001), a despesa pública classifica-se em corrente e direta.
- (D) As Despesas extraorçamentárias fazem parte do orçamento público e, para que sejam executadas, dependem exclusivamente de autorização legislativa.
- (E) De acordo com a Lei 4320 de 1965, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas.

QUESTÃO 23

Tomando como base o artigo 25 da Constituição Federal do Brasil (1988), os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, desde que observados os princípios da Constituição Federal brasileira. Nesse sentido, sobre a Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo federal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo municipal, na forma da lei.
- (B) a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade, propaganda e eficiência.
- (C) a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se, portanto, em Estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
- (D) a administração pública direta ou centralizada é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, tem o objetivo de desempenhar atividades de forma descentralizada, fazendo a transferência de serviços de uma pessoa para outra pessoa jurídica.
- (E) as autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e as fundações são entes dependentes, subordinados de forma hierárquica à respectiva Administração Direta e fiscalizados pela Administração Indireta.

QUESTÃO 24

Dentre as diretrizes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), sabe-se que este visa à harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente, bem como a padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes (de todas as esferas de governo). Tem-se ainda como diretriz

- (A) distinção de institutos com conceitos e regimes próprios em classes ou grupos, como no caso de patrimônio e orçamento, mantendo-se seus

relacionamentos dentro de agrupamentos de mesma natureza de informação, permitindo a flexibilidade para que os entes detalhem, conforme suas necessidades, os níveis inferiores das contas a partir do nível seguinte ao padronizado e a adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e a execução orçamentária além daquelas com funções precípuas de controle.

- (B) controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando a situação fiscal-orçamentária da entidade privada e a preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de função programática de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal.
- (C) organizar os serviços de contabilidade de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e gerenciais.
- (D) manter os registros analíticos de todos os bens de caráter periódico, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração. Demonstrar as Variações Patrimoniais, evidenciando as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária.
- (E) apresentar que as autarquias devem remeter, dentro do prazo que a legislação fixar, os balanços ao órgão central de contabilidade da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, para fins de incorporação dos resultados.

QUESTÃO 25

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público. Tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte

para a instrumentalização do controle social. Observando essa afirmação, na questão do Sistema Contábil aplicado ao Setor Público, é correto afirmar que

- (A) o conhecimento do conceito do sistema contábil, bem como de seus subsistemas, mesmo que essencialmente teórico, dificulta o pleno entendimento da estrutura e funcionamento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do setor público.
- (B) os subsistemas contábeis devem ser integrados entre si e a outros subsistemas de informações de modo a subsidiar a administração pública sobre a avaliação dos resultados obtidos na execução dos programas de trabalho com relação à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade; das metas estabelecidas pelo planejamento; e a avaliação dos riscos e das contingências, além do desempenho da unidade contábil no cumprimento da sua missão.
- (C) o sistema Contábil é organizado em sistemas de informações, que oferecem dotações de produtos diferentes em razão das especificidades demandadas pelos usuários e facilitam a extração de informações.
- (D) os subsistemas contábeis são estruturas de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio privado, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle gerencial.
- (E) a existência de diversos critérios e práticas contábeis faz com que as demonstrações elaboradas em diversos países sejam incorporadas entre si, exigindo o entendimento das práticas contábeis existentes, possibilitando comparações.

QUESTÃO 26

A respeito dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a Resolução CFC nº 1.111 de 2007 apresenta que o ponto de partida para qualquer área do conhecimento humano deve ser sempre os princípios que a sustentam, os quais espelham a ideologia de determinado sistema, seus postulados básicos e seus fins. Vale dizer que os princípios são eleitos como fundamentos e qualificações essenciais da ordem que institui e possuem o condão de declarar e consolidar os altos valores da vida humana e, por isso, são considerados pedras angulares e vigas-mestras do sistema. Dessa forma, assinale a alternativa que NÃO apresenta o correto conceito sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

- (A) O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou a uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nessa acepção, o patrimônio se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. Tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas das pessoas pelos agentes públicos.
- (B) A observação do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado. No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
- (C) No Princípio do Registro Pelo Valor Original, os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da

Entidade. No Setor Público, nos registros dos atos e fatos contábeis será considerado o valor original dos componentes patrimoniais.

- (D) O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Para o Setor Público, o Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.
- (E) No Princípio da Competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. No que tange ao Setor Público, ele reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento. Os atos e os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro com o qual se relacionam, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

QUESTÃO 27

Considerando a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, assinale a seguir a alternativa que relaciona corretamente o título da demonstração contábil aplicada ao setor público.

- (A) Balanço Patrimonial: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado do ente público em um determinado exercício.
- (B) Balanço Orçamentário: é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária e evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

- (C) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária e, para fins de sua apresentação, as variações devem ser segregadas em quantitativas e qualitativas. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.
- (D) A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos e evidencia a movimentação ocorrida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.
- (E) Balanço Financeiro: demonstra a receita e a despesa orçamentárias conjugadas com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, evidenciando as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

QUESTÃO 28

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, inclusive a Lei nº. 4.320/64, são demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público:

- (A) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração das Variações Ambientais, Notas Explicativas.
- (B) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (C) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Demonstração do Valor Abrangente e Balanço Financeiro, notas explicativas.
- (D) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas.
- (E) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado Econômico e Fiscal, Demonstração de Custos e Demonstração do Valor Adicionado.

QUESTÃO 29

Analisando a prestação de contas da prefeitura de um município catarinense, verificou-se que ele apresentou as seguintes informações contábeis referentes ao exercício financeiro de 2014:

Receita prevista	R\$ 8.000.000,00
Receita arrecadada	R\$ 7.300.000,00
Despesa fixada	R\$ 7.000.000,00
Despesa empenhada	R\$ 5.300.000,00
Despesa liquidada	R\$ 5.800.000,00
Despesa paga	R\$ 5.600.000,00

Decorrente dessas informações apuradas na prestação de contas e na Lei nº. 4.320/1964, o resultado da execução orçamentária, no exercício financeiro de 2014, foi de

- (A) R\$ 700.000,00.
- (B) R\$ 1.500.000,00.
- (C) R\$ 300.000,00.
- (D) R\$ 2.400.000,00
- (E) R\$ 2.000.000,00.

QUESTÃO 30

A finalidade do Balanço Financeiro, na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é evidenciar a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere e discriminar, EXCETO

- (A) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).
- (B) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).
- (C) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- (D) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- (E) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e o saldo inicial e o saldo final em espécie.

QUESTÃO 31

A respeito do Orçamento público, sua elaboração, aprovação e execução, a Lei nº. 4.320 de 1964 determina que ele deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo. Considerando as informações e sobre as determinações legais do orçamento público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Cabe aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base à estimativa da receita, na proposta orçamentária.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias deve compreender as metas e prioridades da administração pública e orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) O projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias, por se tratar de um projeto para vigência quadrienal, deve ser elaborado pelo executivo e enviado ao legislativo após o projeto da lei orçamentária anual.
- (D) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- (E) O controle da execução orçamentária deve compreender a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; bem como o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

QUESTÃO 32

Em relação à questão orçamentária e seus instrumentos, assinale a alternativa que apresenta seu correto conceito.

- (A) O orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, Órgãos e entidades da administração indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Esse enunciado é defendido pelo princípio da especificidade e do orçamento bruto.

- (B) O conteúdo da Lei orçamentária deverá ser divulgado por meio dos veículos de comunicação para que tenha validade. Essa afirmação está baseada no princípio unidade.
- (C) O orçamento público é definido como um instrumento que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem realizados.
- (D) A Constituição de 1988 indica que, por iniciativa do Poder Legislativo, devem ser estabelecidas, além do Plano Plurianual, a Lei de Bases e Diretrizes e a Lei Orçamentária Anual.
- (E) O sistema caracterizado pelos atos e fatos que envolvem o orçamento público é o sistema orçamentário, já o sistema que envolve a movimentação de numerários é o sistema de compensação.

QUESTÃO 33

Sabe-se que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público. Nesse sentido, assinale a alternativa correta a respeito dos relatórios contábeis.

- (A) As demonstrações contábeis assumem papel fundamental por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do setor público.
- (B) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, inclusive a Lei nº. 4.320/64, são demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (C) O Balanço orçamentário demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

- (D) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- (E) As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade, devendo ser divulgadas com a apresentação dos valores correspondentes ao período seguinte e conter a identificação da entidade do setor privado, da autoridade responsável e do seu gestor.

QUESTÃO 34

Decorrente da necessidade de padronizar os procedimentos contábeis nos três níveis de governo, com o objetivo de orientar e dar apoio à gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, analise os conceitos e definições apresentados a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelece conceitos teóricos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura financeira padronizada, de modo a atender a todos os entes da Federação e demais entidades do setor privado e seus usuários da informação contábil, permitindo a geração de base de dados consistente para comparação de estatísticas e finanças públicas.
- (B) A entidade do setor público deve manter sistema de informação contábil refletido em plano de contas que compreenda a terminologia de todas as contas e sua adequada codificação, bem como a identificação do subsistema a que pertence, a natureza e o grau de desdobramento, possibilitando os registros de valores e a integração dos subsistemas; a função atribuída a cada uma das contas; o funcionamento das contas; a utilização do método das partidas dobradas em todos os registros dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público, de acordo com sua natureza de informação; tabela de codificação de registros que identifique o tipo de transação, as contas envolvidas, a movimentação a débito e a crédito e os subsistemas utilizados.
- (C) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que permite obter as informações necessárias à elaboração de

relatórios orçamentários e demonstrações contábeis econômicas e de custos conforme as características gerais da entidade, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis.

- (D) No caso dos registros contábeis, estes devem ser efetuados em idioma e moeda corrente nacionais, em livros ou meios eletrônicos que permitam a identificação e o seu arquivamento de forma segura. Devem ser efetuados de forma sintética, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios de Finanças da Contabilidade.
- (E) Os registros contemporâneos devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do atraso, ser validados por juristas, com base em documentação hábil, em conformidade às normas e às técnicas judiciais, observados os elementos essenciais do registro contábil, como a data da ocorrência da transação; conta debitada; conta creditada; histórico da transação de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado, quando se tratar de escrituração eletrônica, valor da transação; número de controle para identificar os registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil.

QUESTÃO 35

Conforme apresentado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade, já o passivo é uma obrigação passada da entidade, derivada de eventos presentes, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- (B) o patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, devendo ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos subsequentes, já as Contas de Compensação compreendem os atos que possam vir a afetar as obrigações.
- (C) a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.
- (D) na classificação dos passivos devem ser circulante quando satisfizerem os critérios: corresponderem a valores exigíveis até onze meses da data das demonstrações contábeis; corresponderem a valores de fornecedores ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, dependendo do prazo de exigibilidade. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.
- (E) as contas do ativo devem ser dispostas em ordem crescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem crescente de grau de exigibilidade.

QUESTÃO 36

Considerando a Despesa Pública como sendo o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, esta, segundo a Lei 4320/1964, está composta em três estágios: empenho,

liquidação e pagamento. Sobre esses estágios, é correto afirmar que

- (A) o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- (B) para cada empenho será extraído um documento denominado nota de liquidação que indicará o nome do credor, a representação, a importância da despesa, forma de registro contábil, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- (C) a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo pagador tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo pagamento. Tendo por finalidade apurar o destino e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e de quem se deve comprar, para extinguir a obrigação.
- (D) o pagamento da despesa será efetuado pelo setor de compra ou pagadoria regularmente constituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento. Sendo que a ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.
- (E) liquidação consiste na entrega de numerário ao credor, por meio de crédito em conta corrente, e só pode ser efetuada após o regular pagamento da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

QUESTÃO 37

Obedecidas as determinações da Lei Federal nº 4320/1964, a despesa pública é classificada em institucional, funcional programática e por natureza. Dessa forma, assinale a alternativa que apresenta a correta definição sobre esse assunto.

- (A) A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos, sendo o órgão orçamentário e a unidade orçamentária, distribuindo-as em funções e subfunções, as quais tem por finalidade a alocação em despesa corrente e de capital.
- (B) Toda a ação do governo está estruturada em programas que servem de orientação para a realização dos objetivos estratégicos definidos na proposta orçamentária. Dessa forma, a

portaria MOG nº 42/1999 estabelece que todos os entes privados devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações respeitadas as determinações contidas nessa portaria.

- (C) A classificação funcional é composta por um rol de funções e subfunções prefixadas, as quais servem como agregador dos gastos públicos, por área de ação governamental nas três esferas de governo. A função é traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público e quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão.
- (D) Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações, visando à solução de um problema, atendimento da necessidade ou demanda da sociedade. As ações são operações que contribuem para atender as transferências obrigatórias dos poderes legislativo e judiciário.
- (E) Projetos, atividades e operações especiais representam, na classificação institucional, a identificação da localização do gasto, sendo nacional, estadual ou municipal.

QUESTÃO 38

Quanto à questão da Administração Pública, sabemos que ela se divide em direta e indireta. Dessa forma, a Administração Indireta é composta pelas autarquias e entidades paraestatais. Em se tratando da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), é correto afirmar que

- (A) é uma entidade paraestatal, pois se trata de uma empresa de capital misto e atua por meio de convênios de concessão firmados com as prefeituras municipais.
- (B) é uma entidade paraestatal, pois se trata de uma empresa de capital fechado e atua por meio de convênios de permissão firmados exclusivamente pela união.
- (C) é uma autarquia, pois seu capital é exclusivamente do Estado e atua por meio de convênios de permissão firmados com o legislativo municipal.
- (D) é uma autarquia, pois seu capital é exclusivamente dos municípios e atua por meio de convênios de concessão firmados com o executivo municipal.
- (E) é uma fundação, pois se trata de uma empresa de capital fechado e atua por meio de convênios de concessão firmados com as prefeituras municipais.

QUESTÃO 39

No que diz respeito à classificação por natureza econômica da despesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na natureza, a despesa está dividida em categoria econômica, grupo de natureza da despesa, elemento de despesa e fonte de despesa.
- (B) Consideram-se despesas extraorçamentárias aquelas autorizadas por lei e despesas orçamentárias, os fatos permutativos.
- (C) As despesas com amortização do principal da dívida contratual e aquisição de um imóvel em uso são classificadas, respectivamente, como inversões financeiras e amortização da dívida.
- (D) As despesas correntes correspondem a pessoal, serviços de terceiros, encargos da dívida, equipamentos e instalações, transferências diretas.
- (E) Constituem-se como restos a pagar processados as despesas que foram empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício.

QUESTÃO 40

Em se tratando da receita pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O ingresso orçamentário pertence ao exercício em que for lançado. Esses ingressos são denominados recursos de terceiros.
- (B) Em relação ao sistema orçamentário, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público adota para a receita o regime misto.
- (C) Na codificação da receita, segundo a natureza econômica, o primeiro dígito representa fonte de recursos.
- (D) A Lei nº 4.320/64 regulamenta os ingressos de disponibilidades de todos os entes da federação classificando-os em dois grupos: orçamentários e extraorçamentários.
- (E) Os ingressos orçamentários são aqueles pertencentes a terceiros arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.

QUESTÃO 41

Observando as determinações legais em relação à classificação institucional e funcional programática da despesa pública, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, à correta definição.

- (A) Classificação Institucional: Categoria econômica e elemento; classificação funcional: projeto e órgão orçamentário.
- (B) Classificação institucional: Categoria econômica e função; classificação funcional: órgão e unidade orçamentária.
- (C) Classificação institucional: órgão e unidade orçamentária; classificação funcional: função e subfunção.
- (D) Classificação institucional: grupo de natureza da despesa e elemento; classificação funcional: atividade e unidade orçamentária.
- (E) Classificação institucional: unidade orçamentária e elemento da despesa; classificação funcional: projeto, atividade e operações especiais.

Atendendo as determinações legais tributárias para apuração dos impostos, bem como as demais legislações que dispõem sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, Lei da Responsabilidade Fiscal, Lei da Transparência e a Lei do Acesso à Informação, a CASAN, por meio de seu portal da transparência, procura demonstrar as ações realizadas pela Companhia. Nesse sentido, observe o demonstrativo a seguir e responda as questões 42 e 43.

DEMONSTRATIVOS DE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS DA RECEITA

Movimentação mensal	Janeiro/2015	Janeiro/2014	Janeiro/2013	Janeiro/2012
Receitas com água, esgoto e serviços	79.336.154,46	76.183.325,49	63.744.364,00	57.677.256,86
Impostos / Receita (COFINS+PIS+IR+CSLL)	12.716.295,45	7.930.580,20	6.542.794,43	5.129.028,84

QUESTÃO 42

O percentual do total dos impostos pagos em relação às receitas arrecadadas nos meses/ano apresentados foram, respectivamente, de

- (A) 8,89%; 16,03%; 10,26%; 10,41%.
- (B) 623,89%; 960,63%; 974,27%; 1124,53%.
- (C) 16,03%; 10,41%; 10,26%; 8,89%.
- (D) 1124,53%; 974,27%; 960,63%; 623,89%.
- (E) 10,41%; 10,26%; 16,03%; 8,89%.

QUESTÃO 43

Analisando os tributos pagos e as receitas arrecadadas, pode-se afirmar que houve, em relação à receita arrecadada e tributos pagos de janeiro/2012 para janeiro/2015, respectivamente,

- (A) acréscimo de 72,70% e acréscimo de 40,33%.
- (B) acréscimo de 40,33% e acréscimo de 72,70%.
- (C) decréscimo de 72,70% e acréscimo de 40,33%.
- (D) acréscimo de 40,33% e decréscimo de 72,70%.
- (E) decréscimo de 72,70% e decréscimo de 40,33%.

No comparativo apresentado a seguir, verifica-se que no exercício de 2014 a CASAN auferiu receita de R\$820 milhões em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Esse valor é 12,8% superior ao apurado no exercício anterior. Analisando o comparativo dos resultados financeiros apresentados pela CASAN, referente aos anos de 2013 e 2014, responda as questões 44, 45 e 46. (valores apresentados em R\$ mil).

Contas	2013	2014
Receita Operacional	727.015	820.175
Custos / Despesas	-623.706	-621.302
Resultado Financeiro	-35.972	-68.183
Resultado antes do IR e da CSLL	67.337	130.690
Resultado Líquido do Exercício	41.584	74.734

QUESTÃO 44

No caso dos custos/despesas e das despesas financeiras, é correto afirmar que os dados registrados apresentaram, de 2013 para 2014,

- (A) uma redução de 1,4% dos custos/despesas e uma redução de 89,5% das despesas financeiras.
- (B) um aumento de 0,4% dos custos/despesas e um acréscimo de 52,8% das despesas financeiras.
- (C) um aumento de 1,4% dos custos/despesas e uma redução de 68,2% das despesas financeiras.
- (D) uma redução de 100,4% dos custos/despesas e um acréscimo de 52,8% das despesas financeiras.
- (E) uma redução de 0,4% dos custos/despesas e um acréscimo de 89,5% das despesas financeiras.

QUESTÃO 45

Em se tratando do resultado antes do imposto sobre o lucro e do lucro líquido apresentado, é correto afirmar que do ano de 2013 para 2014 houve

- (A) um crescimento de 94,1% e um aumento de 79,7%, respectivamente.
- (B) um crescimento de 51,5% e um aumento de 55,6%, respectivamente.
- (C) um decréscimo de 94,1% e um decréscimo de 79,7%, respectivamente.
- (D) um crescimento de 79,7% e um aumento de 94,1%, respectivamente.
- (E) um decréscimo de 51,5% e um decréscimo de 55,6%, respectivamente.

QUESTÃO 46

O IR e a CSLL trata-se do imposto federal sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos incidentes sobre a renda, tanto do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável, o que representou para a CASAN uma taxa de 34% para os exercícios de 2014 e 2013. Nesse sentido, observando o resultado financeiro apresentado, os valores apurados de IR e CSLL para os anos de 2013 e 2014 são, respectivamente:

- (A) 25.753 e 55.956, demonstrando um acréscimo nos tributos apurados.
- (B) 68.543 e 74.544, demonstrando um acréscimo nos tributos apurados.
- (C) 55.956 e 25.753, demonstrando uma diminuição nos tributos apurados.
- (D) 25.753 e 55.956, demonstrando uma diminuição nos tributos apurados.
- (E) 74.544 e 68.543, demonstrando um acréscimo nos tributos apurados.

QUESTÃO 47

Analise as operações ocorridas no ano de 2014 da Companhia CASAN e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta o valor correto do resultado do exercício.

Operações realizadas	(Reais Mil)
Despesas Operacionais	262.858
Receitas Financeiras	18.887
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	282.965
Pagamento de fornecedores	33.207
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	55.956
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	744.696
Despesas Financeiras	87.070

O Resultado Líquido no período foi de

- (A) 71.418.
- (B) 41.527.
- (C) 130.690.
- (D) 74.734.
- (E) 198.873.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. 101/2000), em seu artigo 1º, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, apresenta, no § 1º, que “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas [...]”. Atendendo essa determinação, bem como as demais legislações que determinam sobre a transparência das ações realizadas e a divulgação dos relatórios contábeis, a CASAN, por meio do seu portal da transparência, apresentou o Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 2013 e 2014. Sobre as informações divulgadas nesse demonstrativo contábil, responda as questões 48 e 49.

ATIVO (Em milhares de reais)	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO - Em milhares de reais	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	362.635	345.860	CIRCULANTE	206.86	258.884
Caixa e equivalentes de caixa	25.124	18.786	Empréstimos e financiamentos	40.503	94.849
Títulos e valores mobiliários	105.194	101.887	Fornecedores e empreiteiros	33.207	22.965
Contas a receber de clientes	133.759	125.926	Partes relacionadas	20.945	16.649
Partes relacionadas	9.776	8.863	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	38.613	38.204
Estoques	28.434	29.051	Plano de demissão voluntária incentivada	13.952	15.800
Outros	60.348	61.347	Impostos e contribuições a recolher	36.832	52.356
			Dividendos propostos	16.818	10.635
			Participações estatutárias	26	26
			Cartão corporativo Banco do Brasil	4.305	4.424
			Outros	1.661	2.976
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	154.743	187.462	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	922.918	849.748
Títulos e Valores mobiliários	19.387	-	Empréstimos e financiamentos	467.811	253.265
Contas a receber de clientes	6.517	6.735	Partes relacionadas	91.933	77.905
Depósitos judiciais	69.217	84.377	Impostos e contribuições a recolher	57.608	64.309
Ativo fiscal diferido	27.989	74.254	Plano de demissão voluntária incentivada	20.981	31.511
Ativo financeiro	31.633	22.096	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	200.564	206.819
PERMANENTE	1.890.778	1.795.586	Provisão para contingências	45.414	138.876
Investimentos	304	304	Plano previdenciário	38.532	76.947
Imobilizado	450.702	290.998	Outros	75	116
Intangível	1.439.772	1.504.284	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.278.376	1.220.276
			Capital social	842.267	842.267
			Adiantamento para futuro aumento de capital	35.408	24.774
			Reserva de reavaliação	100.807	104.275
			Ajuste patrimonial	147.617	150.873
			Reserva legal	9.966	6.229
			Reserva para fundos de investimentos	7.293	7.293
			Reservas de lucros a realizar	135.018	84.565
TOTAL DO ATIVO	2.408.156	2.328.908	TOTAL DO PASSIVO	2.408.156	2.328.908

QUESTÃO 48

Os índices de liquidez corrente nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, foram de

- (A) 0,47 e 0,59.
- (B) 1,34 e 0,49.
- (C) 0,49 e 0,47.
- (D) 1,34 e 1,75.
- (E) 1,75 e 0,47.

QUESTÃO 49

Os índices aproximado de liquidez geral nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, foram de

- (A) 0,43 e 1,48.
- (B) 0,48 e 0,46.
- (C) 0,49 e 1,47.
- (D) 0,47 e 0,75.
- (E) 0,74 e 0,59.

QUESTÃO 50

A Companhia CASAN, criada por lei, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Para cumprir as cláusulas financeiras constantes dos Convênios de Cooperação para Gestão Associada, no exercício 2014, a CASAN repassou aos municípios, por meio dos Fundos Municipais de Saneamento, R\$ 41.398.321,82. Desse montante, R\$34.260.410,86 destinaram-se a fazer face aos compromissos decorrentes da Gestão Associada e R\$ 7.137.910,96 para Recomposição da Pavimentação, fortalecendo, assim, o vínculo que a Companhia mantém com os municípios conveniados. Portanto, dentre aqueles apresentados pela entidade, são seus objetivos, EXCETO

- (A) coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa.
- (B) promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico e elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.
- (C) firmar acordos, convênios e contratos, objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita.
- (D) arrecadar taxas, tarifas e tributos dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão, melhoramentos, além de suprir a receita geral do Estado de Santa Catarina.
- (E) investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados.